



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH

MÁRCIO JUSTINO DOS ANJOS SILVA

**UMA MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA: ALICE CARNEIRO E A
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1942-1945)**

CAMPINA GRANDE – PB

2012

MÁRCIO JUSTINO DOS ANJOS SILVA

**UMA MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA: ALICE CARNEIRO E A
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1942-1945)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação.

Orientador: Faustino Teatino Cavalcante Neto

CAMPINA GRANDE – PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586m

Silva, Márcio Justino dos Anjos.

Uma mulher na política paraibana [manuscrito]: Alice Carneiro e a Legião Brasileira de Assistência (1942-1945) / Márcio Justino dos Anjos Silva. – 2012.

57 f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. Faustino Teatino Cavalcante Neto, Departamento de História”.

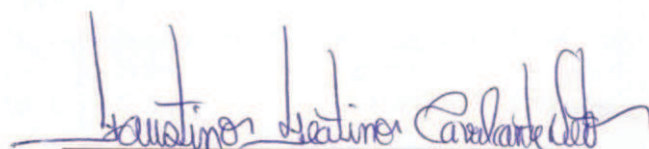
1. Política Social 2. Participação Social 3. Legião Brasileira de Assistência 3. Nova História Política I. Título.

21. ed. CDD 361.61

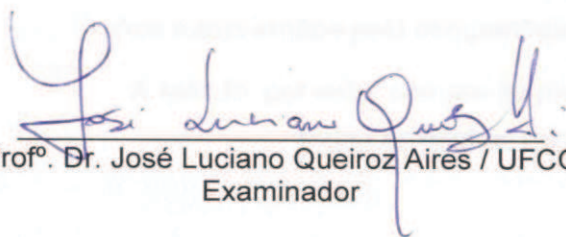
MÁRCIO JUSTINO DOS ANJOS SILVA

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação.

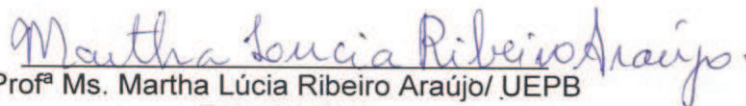
Aprovada em 20/06/2012.



Prof^o Ms. Faustino Teatino Cavalcante Neto / UEPB
Orientador



Prof^o Dr. José Luciano Queiroz Aires / UFCG
Examinador



Prof^a Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo / UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, especialmente ao meu pai (in
memorian) que tanto me ajudou na realização dos
meus estudos,

Aos meus irmãos com os quais compartilho
de vitória de estar concluindo mais esta
etapa da minha vida profissional.

A Bruna, com decidi dividir todos os momentos de
minha vida!

AGRADECIMENTOS

Ao chegarmos ao fim dessa intensa jornada, gostaria de reconhecer a contribuição de todos que participaram do amadurecimento e conclusão deste trabalho.

Primeiramente agradeço ao meu orientador Faustino, pelos momentos de correção e cobrança, pelas leituras sugeridas ao longo desse trabalho e pela dedicação que irá me servi de espelho para toda a vida. Muito Obrigado!

Aos meus pais Manoel e Maria de Lourdes, especialmente ao meu pai (in memoriam) que tanto me ajudou na realização dos meus estudos.

Meus irmãos, que souberam lidar com minhas angústias, sempre me incentivando e dando-me força.

A Bruna pelo apoio, esforço e amor que sempre dedicou a mim.

Aos meus amigos João, Carlinhos, Danilo, Carlos Filho com quem me divertia e aliviava a angústia regada a muita cerveja.

Aos professores Luciano Queiroz e Martha Lúcia, que aceitaram fazer parte de nossa banca, meus sinceros agradecimentos.

Aos demais professores do Curso de História da UEPB, em especial, Manuela Aguiar, Maria José, Alberto Coura, Kyara, Júnior, Maria Lindaci, Josemir Camilo e Auricélia, por ampliarem os horizontes teóricos através do diálogo com os textos.

Aos amigos que aprendi a gostar e com quem dividi momentos especiais e aflições, Railton, Adrijael, Leyde Dayana, Tuany, Regina, Ronaldo, Leonardo, Carlos, Joabe, Renato, Sólon. Amigos para toda a vida!

Aos demais colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a atuação de Alice Carneiro na Legião Brasileira de Assistência entre (1943-1945) durante a interventoria de Ruy Carneiro. Esse objetivo se insere no Estado Novo e dentro do quadro de implicações da Nova História Política, buscando trabalhar com a participação da mulher na política como sujeitos ativos do processo histórico. Tomamos como fonte o Jornal estatal A União, órgão que difundiu as ações da LBA. Aparece também em nosso texto as recorrências ao conceito de Representação, a partir de Roger Chartier, onde iremos verificar as intencionalidades do periódico em focar a atuação da LBA no assistencialismo do governo. Também iremos trabalhar com imagens desse periódico representando as ações da Legião Brasileira de Assistência. Assim, este trabalho busca elucidar a construção da personagem Alice Carneiro como protagonista da política assistencial na Paraíba e ajudou a massificar uma idéia de que a razão de todas as ações do casal Carneiro era o bem estar do povo paraibano.

Palavras-chave: Alice Carneiro, Legião Brasileira de Assistência e Nova História Política.

ABSTRACT

This work aims to discuss the role of Alice Carneiro Brazilian Legion of Assistance (1943-1945) during Ruy Carneiro government. This objective is part of the new State and implications within the framework of the New Political History, seeking to work with women's participation in politics as active subjects of the historical process. We take as the source State paper *A União*, a body that spread the actions of LBA. It also appears in our text recurrences to the concept of representation, from Roger Chartier, where we will check the intentions of the journal focusing on the role of BAL in government welfare. We will also work with images of this paper representing the shares of Brazilian Legion of Assistance. This work seeks to elucidate the construction of the character as the protagonist of Alice Carneiro care policy in Paraiba and helped popularize the idea that the reason for all actions of the couple Carneiro was the welfare of the people of Paraiba.

Keywords: Alice Carneiro, Brazilian Legion of Assistance, New Political History

LISTA DE ICONOGRAFIAS

IMAGEM I – ALICE CARNEIRO RECEBENDO DOAÇÃO DOS IRMÃOS FERNANDEZ (1942)

IMAGEM II – DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES NO CENTRO DE SAÚDE DA CAPITAL (1943)

IMAGEM III – ALICE CARNEIRO INAUGURANDO O INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA (1943)

IMAGEM IV – ALICE DOANDO AO ORFANATO D. ULRICO (1943)

IMAGEM V – ALICE VISITA O HOSPITAL SANTA ISABEL (1943)

IMAGEM VI – MÃES E CRIANÇAS SE ALIMENTANDO NO CENTRO DE PUERICULTURA DE CRUZ DAS ALMAS (1944)

IMAGEM VII – A HORA DA SOPA NO GRUPO ESCOLA ANTÔNIO PESSOA (1944)

IMAGEM VIII – NATAL DOS POBRES NO PALÁCIO DA REDENÇÃO (1940)

IMAGEM IX – POPULAÇÃO AGUARDANDO O ÍNICIO DO NATAL DOS POBRES EM JOÃO PESSOA (1943)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. - Estado Novo e historia politica: uma aproximação possível	14
1.1- Estado Novo: o que estava acontecendo no Brasil e na Paraíba.....	14
1.2- Estado Novo: o que já foi escrito na Paraíba	21
1.3- Metodologia e fontes: o que e como vou usar.....	23
1.4- E agora um pouco de teoria	24
2- Assistencialismo social e propaganda política: a atuação de Alice Carneiro através da Legião Brasileira de Assistência	30
2.1- Historiografia das mulheres: um olhar.....	30
2.1.1- Algumas participações de mulheres no período varguista.....	31
2.1.2- A Legião Brasileira de Assistência: Darcy Vargas na montagem da assistência social.....	32
2.2 - Alice Carneiro e a Legião Brasileira de Assistência na Paraíba.....	35
2.2.1- A seca de 1942: especificidade nordestina para a LBA.....	37
2.2.2- As mulheres paraibanas e a LBA.....	38
2.2.3- O Empresariado e a LBA.....	41
2.2.4- Em defesa da maternidade e a infância: uma tônica da LBA.....	43
2.2.5- “Natal dos Pobres”.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
FONTES DOCUMENTAIS	58

INTRODUÇÃO

“À frente do Estado ou do governo, ou mesmo de algum ministério ou partido, as mulheres são muito pouco numerosas, tão grande é a pressão de nossa sociedade patriarcal, que as mantém confinadas em posições subalternas; tão intensa a prática do sexismo, do chauvinismo masculino, para defender o que ainda é território de macho” (Schwartzberg).

Ao iniciarmos um curso de licenciatura, independente da área de atuação, nem sempre temos a consciência do universo que nos espera. Por mais que imaginemos, indiferente às experiências já vividas, o nosso “campo de batalha” sempre nos proporciona experiências novas, e bastante significativas.

É certo que o trabalho desenvolvido durante o período de formação acadêmica é de fundamental importância, é ele que nos dá toda a base teórica e metodológica que tende a guiar nossas ações durante nossa trajetória acadêmica, proporcionando “escolhas” de temáticas e de temporalidades.

O recorte temporal que estamos propondo nessa pesquisa é o período denominado pela historiografia de Estado Novo, (1937-1945), período esse que vem despertando a atenção de inúmeros cientistas sociais, produzindo uma vastíssima bibliografia a respeito do período.

O Estado Novo é estabelecido a partir do golpe decretado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, quando fechou a Câmara Federal, os Legislativos estaduais e municipais, e o Senado, e revogou a Constituição brasileira promulgada em 1934. Fundando uma ditadura que perdurou até sua deposição em 1945.

No entanto, não é todo o período que tratemos como enfoque no nosso trabalho, e sim o período da segunda interventoria no Estado da Paraíba, a de Ruy Carneiro, compreendida entre 1940 a 1945, que sucedeu Argemiro de Figueiredo, neste posto de confiança do interventor federal.

Dentro deste período, buscamos compreender o assistencialismo social desenvolvido por Ruy Carneiro e principalmente por sua esposa, a primeira-dama Alice Carneiro, presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, entre os anos de 1942-1945.

Na historiografia paraibana, o período foi analisado, durante algum tempo, sob um prisma de um marxismo clássico, onde o assistencialismo era visto como populismo¹, onde o foco do assistencialismo recaía com o Ruy Carneiro.

No entanto, nos últimos anos, sob um prisma de neomarxismo, esse assistencialismo deixa de ser entendido como manipulação das massas, e sim como adesão. Dentro desse prisma, a historiografia paraibana recente mostra a primeira-dama Alice Carneiro como protagonista principal da política assistencialista na Paraíba, assim como acontecia com Darcy Vargas a nível nacional. É essa a inquietação que trilhamos nesse caminho de realização desse trabalho.

Ruy Carneiro como interventor federal na Paraíba (1940-1945), com o apoio de Vargas, soube utilizar a propaganda oficial para mostrar a calamidade que estava passando o estado, após a administração de seu antecessor, Argemiro de Figueiredo, reordenando o aparato político-administrativo estadual, compondo sua equipe administrativa com setores das atividades urbanas. Além destas características, pretendemos analisar no primeiro capítulo, o contexto nacional e local que marcou sua administração, como também realizaremos uma revisão bibliográfica sobre o tema, trataremos de discutir a metodologia, isto é, a análise das fontes, para posteriormente lançar uma discussão acerca da Nova História Política² e do conceito de Representação³.

Já no segundo capítulo iremos levantar uma discussão acerca da Legião Brasileira de Assistência e sua atuação no assistencialismo social no Estado Novo. Para isso, empreendemos uma discussão acerca da participação de algumas mulheres na busca por direitos durante a Era Vargas, para podermos pensar, a posteriori, como se deu a montagem da LBA sob a presidência de Darcy Vargas e como esta influenciou na atuação de outras primeiras-damas. Em seguida lançamos nosso olhar para a atuação de Alice Carneiro à frente da LBA na Paraíba e como esta arregimentou e foi se tornando uma personagem protagonista da política assistencial paraibana.

¹ Sobre esse conceito abordaremos no segundo Capítulo

² Sobre esse conceito abordaremos no primeiro Capítulo.

³ Idem

Empreender uma discussão acerca da participação de algumas mulheres na política é romper com o silêncio que o olhar patriarcal e machista impõe as mulheres, no entanto este é um desafio da ciência social, romper com a diferença entre os sexos e o que ainda é considerado, no senso comum, como território de macho, isto é, a política.

1. Estado Novo e historia politica: uma aproximação possível

Este trabalho visa analisar atuação de Alice Carneiro como presidente da LBA na Paraíba na montagem do assistencialismo social do Estado, entre 1942 e 1945. No entanto antes de adentrarmos nessa discussão cabe-nos levantar uma discussão do contexto histórico no qual Getúlio Vargas chega ao poder e como o mesmo conseguiu implantar a ditadura do Estado Novo, tendo como interventores na Paraíba Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, e é sobre esta última que nos debruçaremos neste estudo.

1.1. Estado Novo: o que estava acontecendo no Brasil e na Paraíba

“Em outubro de 1930, iniciou-se um largo período – podemos dizer, um quarto de século – em que Getúlio Vargas foi a figura predominante no cenário político nacional”. (BORGES, 2005, p. 159).

Desde que chegou ao poder em 1930, Vargas tentava controlar diversas forças sociais, reivindicando participação política no cenário nacional, tendo uma missão muito clara, isto é, manter a coesão e tirar o país do “atraso” e para isso “(...) os representantes do poder buscaram legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda pelos meios de comunicação”. Assim, ele decidiu unir em seu primeiro governo as oligarquias gaúcha, mineira e paraibana, além de membros do Partido Democrático e os tenentes. (CAPELATO, 2003, p. 110).

Visando o apoio dos cafeicultores paulista, abalados pela depressão de 1929, Vargas colocou em prática de valorização do café. Nessa luta por apoio político ao governo, Vargas não deixou de ter fortes oposições, como a da Revolução Constitucionalista de 1932, que era “(...) uma guerra civil travada com o estado locomotiva da nação”, oposição essa que tinha como líderes os próprios cafeicultores, que haviam se fortalecido com a valorização do café e buscavam a nomeação de interventores civis para o Estado e a elaboração de uma constituição, atraindo o apoio popular. (GOMES, 1998, p.513).

No entanto, a revolução fracassou, mas serviu como aglutinadora da

Constituição. Percebendo a força do apelo constitucionalista, o presidente cedeu e começou a pensar na redemocratização, que culminaria na promulgação da carta constitucional de 1934, que decretou, além do voto feminino, o parlamento e os vários partidos políticos, institucionalizando o

“(…) controle do Estado sobre as organizações de empregados e empregadores e um grande conjunto de leis trabalhistas e previdenciárias que definitivamente determinava a intervenção do Estado no mercado de trabalho”. (idem, *ibidem*, p. 513).

Mesmo pregando essa unidade nacional, o governo teve que lidar com fortes oposições como a do “Levante Comunista” de 1935, que mesmo suprimida acabou por deflagrar contradições e com isso o comunismo fora considerado, segundo Capelato (2003, p.115), “(…) como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime”.

Após o levante comunista, o governo passou a intervir no mercado de trabalho tentando desmobilizar os sindicatos atrelando-os ao Estado, se aproximando, com isso, das camadas populares e ao mesmo tempo desmobilizando-as. Além dessa intervenção do Estado no mercado de trabalho, houve a necessidade, com a “ameaça comunista”, de um Estado forte e foi isso que aconteceu com o golpe de novembro de 1937, iniciando, dessa forma, a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo decretado em novembro de 1937, teve sua legitimação a partir de uma intensa campanha anticomunista através do Plano Cohen⁴, tendo como meta modernizar o país, servindo como uma “(…) das justificativas para o golpe era a necessidade de produzir mudanças capazes de colocar o país num patamar de progresso material que pudesse equipará-lo às nações mais prósperas do mundo”. (IBIDEM, p. 119).

⁴ Segundo D’Araújo (2000, p. 14-15) O pretexto para o golpe de 1937 foi a “descoberta” de um plano comunista atribuído a um judeu, Cohen – Plano Cohen, que expressaria a ameaça de um judaico-comunismo internacional, assim o anticomunismo se juntava anti-semitismo, a radicalização ideológica se revestia de aspectos racistas alimentando o discurso que defendia a necessidade de um Estado forte capaz de defender a nação de perigosos inimigos externos.

Para isso empreendeu uma política de priorização do setor industrial com a participação do Estado “(...) como agente da política econômica”. (IBIDEM, p.118)

Essa nacionalização da economia, por meio do investimento estatal na industrialização do país, constituiu-se num aspecto característico do período, tomando o Estado o papel de instituição que estabeleceria a segurança econômica e o consequente bem estar dos cidadãos, por meio dessa nacionalização. Grandes empresas estatais foram criadas no decorrer dos anos, destacando-se a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945).

Além do fortalecimento industrial, a ditadura do Estado Novo se empenhou na propagação de um ideal que o Brasil seria o país do futuro, numa clara demonstração de ruptura com o “atraso” do período anterior e assegurando, dessa forma, a legitimidade ao novo, isto é, ao Estado Novo.

O projeto político de construção do Estado Nacional representado pelo Estado Novo previa um governo autoritário e repressor, no qual a sociedade civil, em suas associações, não pudesse exercer qualquer tipo de autonomia, assim,

(...) o projeto nacionalista do Estado Novo valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e, portanto, repressor. A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 1984, p. 166).

Por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵, o governo realizou uma intensa propaganda política, onde se exaltava a figura paternal do presidente⁶ e os atos de seu governo, buscando com isso segundo Capelato (2003, p. 123), “(...) consentimento e adesão da sociedade”.

O período foi marcado, também, pela preocupação com a questão

⁵ A respeito deste órgão tratarei no segundo capítulo.

⁶ IDEM.

social, tendo sido elaborada uma extensa legislação trabalhista que garantiu os direitos e deveres dos trabalhadores, com o intuito de impedir a organização autônoma desses trabalhadores fora do aparelho estatal e de conquistar o apoio desse segmento social mediante a concessão de direitos, tais como o salário mínimo e a jornada diária de oito horas de trabalho. A organização desses direitos e deveres culminou na edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. E esse projeto rendeu resultado, pois com essa propaganda política se conseguiu o apoio da sociedade ao regime, exaltando a cidadania adquirida durante o período, assunto esse que será mais discutido no segundo capítulo.

O estímulo ao progresso e à estabilidade econômica por meio da nacionalização da economia; a valorização das riquezas naturais do país e das capacidades do povo brasileiro; e o papel do Estado como instituição suprema que garantiria a segurança e o bem estar dos cidadãos e que guiaria a nação coesa rumo a um ideal coletivo de progresso, caracterizaram a ideologia nacionalista⁷ que então tomou corpo no Brasil.

Com essa ênfase no progresso, Vargas procurou criar uma identidade nacional⁸, Esses ideais fizeram-se presentes em todos os segmentos do governo e se propagou por todos os setores da sociedade, divulgada através de vários veículos, cabendo

(...) às divisões do DIP organizar, estimular e divulgar a produção artística, popular e erudita; esperava-se das artes se transformassem em elementos formadores das massas. Além da feição estética, essas iniciativas deveriam atingir os objetivos de educação cívica, colaborando para consolidar o sentimento de nacionalidade. (CAPELATO, 2003, p. 127)

Portanto, foi através dos vários veículos como educação, música, cinema, teatro e artes plásticas que o DIP procurou construir a identidade nacional.

⁷ Sobre ideologia nacionalista ver Capelato (2003)

⁸ Sobre assunto, vide GOMES, Angela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*, Publicado em Projeto História, São Paulo, N. 16, Fev. 1998. Quando a mesma expõe o esforço político explícito quanto a divulgação de normas e valores que deviam ser apreendidos pela sociedade como próprios à “identidade nacional brasileira”.

No entanto, o Estado Novo também enfrentou resistências, essas que sofreram através de outro pilar de sustentação de um governo ditatorial e autoritário, isto é, a repressão política, que não foi dirigida somente aos comunistas e integralistas, mas, também à todos os adversários do regime.

Essa resistência, mesmo reprimida, não deixou de ser manifestada, principalmente pela camada intelectual que se manifestou através de jornais, de círculos intelectuais ou, até mesmo, de manifestações públicas contra a ditadura.

Após essa breve contextualização do cenário nacional, cabe-nos enfatizar com foi o Estado Novo na Paraíba, dando mais destaque para o governo de Ruy Carneiro, esse que governou entre 1940 a 1945, período que corresponde ao recorte temporal desse estudo.

Durante o Estado Novo, a Paraíba fora governada por dois interventores, o primeiro foi Argemiro de Figueiredo, entre 1937-1940, sendo sucedido por Ruy Carneiro.

Como nos lembra Capelato (2003, p.116-117), “Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as interventorias. Os Interventores reproduziram nos estados a política determinada pelo governo central, que terminou com o sistema federativo da Primeira República.”.

A citação acima demonstra a intencionalidade de Getúlio Vargas ao primar por uma centralização administrativa federal junto a uma maior intervenção nos Estados, por meio da nomeação de interventores, já que esses tinham a função de reproduzir as diretrizes do poder central.

A maior integração e unidade política também foi permitida por meio da criação de órgãos federais, a exemplo do Ministério de Educação e Saúde, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação.

Em se tratando da esfera local o governo de Argemiro de Figueiredo, “(...) marcou época e é unanimemente considerado um dos mais operosos da história da Paraíba” (MELLO, 2002, p. 196). O mesmo foi eleito indiretamente em 1935 e permaneceu como interventor após o início do Estado Novo, essa interventoria se constituiu enquanto um instrumento eficiente “(...) para a

centralização, na medida em que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República”. (GURJÃO, 1999, p.76).

Seu governo se baseou em uma centralização político-administrativa de base conservadora, “Em que os coronéis recuperaram o prestígio” (MELLO, 2002, p.196). Dado sua condição de autonomia quanto ao mandonismo local, Argemiro empreendeu muitas alianças, destacando sua defesa à oligarquia algodoeira-pecuária, com a Igreja Católica e com o operariado crescente contra os comunistas.

Foram inúmeras as obras que marcaram seu governo, dentre estas se destacam o abastecimento de água de Campina Grande, a modernização e racionalização da lavoura do algodão, controlando o beneficiamento e o comércio do mesmo no Estado. Essa operosidade buscava trazer o “progresso” para a Paraíba, sendo alardeada através de manifestações cívicas e da propaganda política.

A intensa propaganda, através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), difundiu a imagem progressista do Estado, nas cerimônias cívicas e na propaganda, como proclamador dos méritos do Estado Novo, querendo, dessa forma, a adesão do povo paraibano ao projeto estadonovista,

“Seus discursos exaltavam o fascismo de Mussolini e Hitler comparando-os com a ditadura de Vargas enquanto força libertadora da nação” (GURJÃO, 1999, p. 83). Ainda relacionado à propaganda tão presente em seu governo, também afirma Santana (2000, p. 224) que “Argemiro de Figueiredo intensificava a propaganda de sua administração”.

Contudo, o desequilíbrio do sistema oligárquico no Estado acabou levando à deposição de Argemiro, muito influenciada por Eptácio Pessoa Sobrinho, o Eptacinho filho do ex-presidente João Pessoa, que redigiu um documento⁹ endereçado a Getúlio repleto de denúncias contra o interventor sobre seus desmandos administrativos.

Essas disputas oligárquicas que “ressurgiram”, terminaram com o seu

⁹ O documento em questão intitulava-se “Desmascarando um mistificador”. Cf. Melo, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. Galeria paraibana. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ Editora Universitária, 1998, p. 65.

governo que “Ao longo dos seis anos à frente do Executivo estadual, Argemiro de Figueiredo montou sua base de sustentação política, conformada na construção de um domínio oligárquico conhecido como argemirismo¹⁰” (CITTADINO E SILVA, 2008, p.121).

Com a deposição de Argemiro, Vargas nomeou Ruy Carneiro para assumir o cargo de Interventor. Neste momento, Ruy exercia um cargo oficial de gabinete no Banco do Brasil no Rio de Janeiro, estando ausente da Paraíba há dez anos e foi justamente por isso que Vargas decidiu lhe nomear por estar “distante das disputas locais” (IDEM, p.122), sendo estas responsáveis pela deposição de seu antecessor.

“Escolhendo Ruy Carneiro, o Presidente inexplicavelmente, escolheu um adversário de Argemiro e um inimigo pessoal de Epitacinho, certamente frustrado com essa vitória de Pirro” (GURJÃO apud CITTADINO E SILVA (2008, p. 123).

Ruy Carneiro de acordo com (GURJÃO, 1999, p. 83), acabou conciliando, onde “(...) a disputa inter-oligárquica foi administrada, garantindo a sobrevivência do regime com base na conciliação das contradições internas”, conseguindo se manter no poder. Sua escolha se deveu a amizade¹¹ que tinha Vargas, ao assumir o poder reordenou o aparato político-administrativo estadual, compondo sua equipe administrativa com setores das atividades urbanas.

O primeiro ato de Ruy Carneiro foi a denúncia da crise financeira do Estado, devido a má administração de seu antecessor, Argemiro de Figueiredo. Dessa forma realizou em seu governo uma rígida contenção de despesas tentando restaurar o equilíbrio financeiro, procurando “desmontar as maquina politica argemirista, alijando grupos oligárquicos até então no poder e reintegrando aqueles que faziam parte da ‘oposição’” (CITTADINO E SILVA,

¹⁰ A respeito do argemirismo, vide SANTANA, Martha M. Falcão. Poder e intervenção estatal. Paraíba 1930-1940. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2000.

¹¹ A respeito dessa amizade, vide CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. Historiografia em diversidade: Ensaio de História e ensino de história. Campina Grande – PB: Editora Universitária/ UFCG, 2008, p. 122.

2008, p. 130).

No entanto, como nos lembra essas autoras,

[...] diante da necessidade de construir sua própria base de sustentação e de se firmar no poder, era necessário que a imagem de Argemiro de Figueiredo fosse desconstruída e que a sua incorporasse a ideia do “salvador”. O único homem capaz de tirar a Paraíba do estágio degradante em que se encontrava (IDEM, p. 141).

O governo de Ruy Carneiro se destaca pelo apoio das lideranças populares que,

(...) aliás, manifestavam-se positivamente a sua administração. Assim diversificando os quadros oligárquicos e aplicando certas práticas populistas, Ruy conseguiu adequar o sistema oligárquico a nova fase que se prenunciava. (GURJÃO, 1999, p. 84).

1.2. Estado Novo: o que já foi escrito na Paraíba

Na historiografia paraibana que se dedicou ao período em análise, isto é, os anos 1940 a 1945, muito pouco já foi escrito. Entre esses escritos, podemos destacar Sylvestre (1993), Carvalho (1993), Gurjão (1999), Mello (2002), Cittadino e Silva (2008), Silva (2012) e Aires (2012).

Assim, neste tópico pretendemos realizar uma revisão bibliográfica, mostrando o que cada um desses autores escreveram, o tempo de produção de cada uma, bem como a teoria que as fundamentaram.

Sylvestre (1993)¹² e Carvalho (1993)¹³, fazem uma breve descrição a respeito da interventoria de Ruy Carneiro, enaltecendo seus feitos. Suas obras se inscrevem na perspectiva da Escola Metódica. Sobre esse período, há um enfoque em relação a ligação paternal que Ruy tinha com os mais carentes, mostrando o caráter assistencial de seu governo, citando, Alice Carneiro apenas como uma coadjuvante no projeto social.

¹² Cf. Da Revolução de 30 a Queda do Estado Novo.

¹³ Cf. Ruy: a última cidadela do populismo.

Gurjão (1999)¹⁴, enfoca o período estudado como a redefinição oligárquica, mostrando que no governo de Ruy Carneiro houve uma aproximação com o movimento operário, porém essa aproximação é vista de cima para baixo, mostrando categorias tipicamente marxistas como “dominação” e “cooptação”. Há referências ao assistencialismo do governo, mas não são feitas menções em relação a atuação Alice Carneiro, compreendendo que este não era o objetivo e/ou inquietação dela.

Mello (2002)¹⁵, ressalta suas características populistas, como também seu caráter assistencialista, não destacando o papel de Alice Carneiro no mesmo.

As obras acima demonstram análises, ora sob um prisma da Escola Metódica, ora do marxismo clássico, já as que se seguem mostram-se dentro da perspectiva do marxismo renovado ou neomarxismo, entendendo este, como o resultado e das reformulações efetuadas por Thompson, no conceito de classe e de experiência.

Cittadino e Silva (2008)¹⁶ e Silva (2012)¹⁷, buscam discutir a interventoria de Rui Carneiro, destacando a crise financeira que este herdou do seu antecessor, Argemiro de Figueiredo. Essa análise da situação econômica do Estado é feita através do periódico estatal “A União”, buscando, também a partir deste a construção da imagem do governo de Ruy Carneiro, destacando a construção do líder político, comprometido com a coletividade, trazendo a atuação de Alice Carneiro como protagonista do assistencialismo social de seu governo.

Na análise Aires (2012)¹⁸ através da Nova História Política, busca mostrar como se deu espetacularização na política paraibana, mostrando que a interventoria de Ruy Carneiro se destacou por ser um governo “trabalhista”, onde havia um intenso assistencialismo, através da Legião Brasileira de

¹⁴ Cf. Estrutura de Poder na Paraíba.

¹⁵ Cf. História da Paraíba – Lutas e Resistência.

¹⁶ Cf. Estado Novo na Paraíba: Aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945).

¹⁷ O Salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945).

¹⁸ “Cenas de um Espetáculo Político: Poder, Memória e Comemorações na Paraíba (1935-1945)”.

Assistência, presidida na Paraíba pela esposa de Ruy Carneiro, a senhora Alice Carneiro.

No entanto, a tese acima, diferentemente das demais citadas, enfoca as resistências, o contrateatro, encetado através de greves, migrações para o norte da Borracha, roubos, reivindicações aos governantes, resistências essas que fazia parte da cultura política acumulada na luta contra a seca.

Podemos notar, também, a partir da tese acima, que havia um a intensa propaganda política, ressaltando as conquistas trabalhistas, como conquistas dos trabalhadores, como sujeitos ativos. Enfoca as políticas contra a seca de 1942 e a ligação paternal do casal Ruy e Alice com os carentes.

1.3. Metodologia e fontes: o que e como vou usar

Dentro da renovação historiográfica, houve também uma renovação nas fontes de pesquisa, pois com os metódicos do século XIX, para ser considerado fonte era necessário ao historiador, através dos documentos, buscar a verdade. Verdade essa concebida a partir do distanciamento total do sujeito, essa que deveria se valer da neutralidade, objetividade, fidedignidade e credibilidade, além de distanciadas temporariamente do pesquisador. Dessa forma, com essa hierarquia quantitativa dos documentos, os jornais

(...) pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitir captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e objetivas. (LUCA, 2006, p. 112).

Com a renovação promovida pelos Annales e a consequente interdisciplinaridade por ela promovida ampliando a atenção

[...] para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais. (IBIDEM, p. 119-120):

Assim, os documentos, dentro da ampliação dos objetos, fontes e abordagens, ganharam uma nova concepção. E a partir da virada linguística os documentos são postos em suspeição, cabendo ao historiador não só ficar atento ao que está explícito, mais sim, principalmente, ao que está implícito.

A pesquisa terá uma abordagem das fontes escritas que é “a historiografia baseada nos registros já existentes que foram deixados voluntariamente ou involuntariamente no passado” (BARROS, 2004, p. 133). Fontes essas que não são restritas aos documentos oficiais, como eram no século XIX, mas toda uma gama de fontes relacionadas aos mais variados temas, desde uma literatura, um diário, até revistas, noticiais de jornais e etc.

Dessa forma, não cabe ao historiador utilizar os jornais, apenas, como fonte confirmadora, mas colocá-la a partir da análise crítica da mesma, como de qualquer outra fonte. Nesse sentido, (LUCA, 2006, p.128), nos afirma que: “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.

1.4. E agora um pouco de teoria

O nosso trabalho tem como enquadramento teórico a história política, mas não a velha história política, a história factual do século XIX, que se detinha a descrever/narrar uma história erudita e linear, tendo como tema principal o Estado. Partindo de documentos autênticos e crendo na possibilidade de uma suposta neutralidade e imparcialidade do pesquisador, a história almejava se tornar ciência. Porém, “(...) depois de ter desfrutado de um longo prestígio durante todo o século XIX, a história política entrou em processo de declínio”. (FERREIRA, 1992, p.265)

Essa história sofreu duras críticas e um posterior abandono com o surgimento da Escola dos Annales, essa que “(...) identificou a história com aquele de seus ramos que tinha como especificidade observar os fatos econômicos e sociais” (RÉMOND, 2003, p. 13). Tendo esse propósito, os

historiadores dos Annales abandonaram os acontecimentos e os homens,

Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social deveriam ocupar um lugar fundamental. (FERREIRA, 1992, p. 265).

Em prol de uma análise estrutural e conjuntural, afim de melhor estudar os acontecimentos, a escola do Annales fez da política um reflexo das relações sociais e dos condicionamentos econômicos, de modo que essa nova história,

(...) foi consagrada nos anos 70 e relegou a história política a um lugar absolutamente secundário. Com efeito, se a “primeira geração” dos Annales havia estigmatizado a história política como sinônimo de história factual - événementielle -, a “segunda geração”, a de Braudel e seus discípulos, relegou os fatos políticos ao “tempo curto”. Definindo-se, em 1971, como “estrutural”, a nouvelle histoire acentuou mais ainda suas distancias quanto a história política. (FALCON, 1997, p. 70).

No entanto, após esse total abandono durante as duas primeiras gerações dos Annales, “A terceira geração dos Annales, ou a quarta, como quer Burke, foi buscar fora da historiografia os modelos e a sustentação teórica para o repensar das relações Estado-sociedade imposto pelo seu interesse em renovar o estudo do político” (IBIDEM, p.75).

Assim, foi com o surgimento da terceira geração de historiadores dos Annales, por volta de 1970, e em meio ao processo de renovação historiográfica, que abriu caminho para novas temáticas, como a cultural. Essa renovação na história tem como principal fundamento a perspectiva pluridisciplinar. Segundo (RÉMOND, 2003, p. 26),

Além do diálogo com outras ciências, a nova história política incorporou um intenso contato com o universo do cultural, do qual emerge o desejo de compreender os múltiplos poderes presentes no corpo social a partir do universo simbólico e representativo que o acompanham.

Essa que significou para a historiografia política, um grande diálogo com outras disciplinas como a sociologia, linguística, antropologia, ciência política, e etc., e de acordo com “a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas” (IBIDEM, p. 29). Pluridisciplinaridade essa que possibilitou

(...) o uso de novos conceitos e técnicas, bem como a construção de novas problemáticas. [...] O eixo central da renovação propostas por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na História. (FERREIRA, 1992, p. 267).

A nova história política, segundo Rémond apud Ferreira (1992, p. 267),

Preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina o instantâneo e o extremamente lento.

Não podemos perder de vista que foi Foucault quem “(...) revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes” (FALCON, 1997, p.75).

Tendo discutido o conceito da Nova História política, enquadramento teórico deste projeto, que surgiu como um conhecimento histórico, que é narrativo e não/factual, estudando não mais os Estados, como demonstra Rémond (2003, p. 36) “Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma”. Ou ainda como nos fala Pesavento (2003, p. 75):

Fala-se mesmo em uma História Cultural do Político, mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance dos atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e

imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico e coesão social.

Assim, a história política renovada estuda os sistemas de relações de poder, estes que estão imbricadas em todos os setores da sociedade, e, mais especificamente, essa Nova história Política se detém a estudar imaginários, representações, memórias, teatralização, mitologias, simbologias, práticas discursivas e etc., conceitos esses associados ao poder.

Intimamente relacionado com Nova História política está o de representação, como uma visão de mundo e posição diante dele, as representações que os diversos sujeitos constroem para dá sentido ao “mundo real”. A representação é estudada por Roger Chartier como a relação entre a imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque são homólogas. Chartier, revisitando as sociedades do Antigo Regime, se apropria das definições de Furetière, o qual, em 1727, elabora dois sentidos para explicar o termo representação. Sobre conceito de representação o autor afirma que

(...) as acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não: tais os manequins de cera, de madeira ou couro que eram postos sobre uma sepulcral monárquica durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses.(CHARTIER, 1991, p. 10).

Compreendemos assim, que o poder da representação está na mobilização de significados a ela associados, que acabam por conferir poder a um sujeito ou à sua fala. Desse modo, a representação, ao fazer “ver uma ausência”, proporciona à sociedade um ato de rememoração, que “pinta” a

realidade passada “tal como” ela tenha sido. Ao mesmo tempo, a representação, ao “apresentar uma presença”, exerce um ato simbólico de atribuir sentido aquilo que se vê. Vale ressaltar que o sentido atribuído ao mundo depende dos valores cultuados na sociedade

A imprensa, portanto, ajuda a produzir as cenas que serão protagonizadas pelos políticos, em busca da sedução do público, transparecendo assim as disputas simbólicas dos políticos em períodos de campanha, ou em momentos de crise socioeconômica, em prol da concretização de uma legitimidade no poder. Os elementos utilizados para a eficiência de uma disputa do tipo eleitoral, por exemplo, são dos mais variados, desde as ofensas morais administrativas, bem como a apresentação de uma história de vida honrada e de construção de uma família sólida, aspectos característicos, supostamente, de alguém capacitado a administrar uma sociedade. Essas apresentações para tornar um político um sujeito capaz, não são estáticas; ao contrário, são mutáveis conforme a dinâmica dos acontecimentos cotidianos, os aparecimentos de novos enredos e a modificação dos códigos e valores caros à sociedade.

Nesse sentido, estamos considerando a relação entre os paraibanos e as informações produzidas pelos jornais, sobretudo o jornal A União, pois segundo nos alerta Rémond (2003, p. 441-442):

Os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas. [...] objeto ou veículo da política.

Pela sua relação intrínseca com o governo, o jornal A União se tornou, corroborando com a citação acima, um veículo da política, ao tentar produzir uma imagem positiva do governo. No entanto, nem sempre foram recebidas e reproduzidas pela sociedade sem um momento de confronto e reflexão, os quais podem ter resultado em representações totalmente diferentes das pretendidas pelos autores das reportagens e pelo próprio Governo, pois segundo o conceito de apropriação

(...) visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 6)

Tal ideia é reforçada por Chartier, para quem o leitor possui uma liberdade criadora, a qual está contida na ideia de apropriação. Ou seja, a forma como cada indivíduo se apropria do texto lido é múltipla, fugindo inclusive do controle dos produtores dos referidos textos, pois correspondem a uma série de relações estabelecidas entre o leitor e o mundo a sua volta, pois como reforça o referido autor, existe o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, que nem sempre se coadunam entre si, pois o momento e o lugar da escrita são diferentes do da leitura, assim não podemos perder de vista esse processo de produção e de recepção.

2 - Assistencialismo social e propaganda política: a atuação de Alice Carneiro através da Legião Brasileira de Assistência.

Esta parte do trabalho terá como objetivo mostrar a atuação de Alice Carneiro, presidente da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência, enfocando assim o assistencialismo social próprio do período em que ela estava inserida, este que contribuiu para construção do Estado Novo, em sua aproximação com as camadas populares, marcando a atuação do poder público no assistencialismo à sociedade civil, alardeado por uma intensa propaganda política.

No entanto antes de adentrarmos nesse assunto, pretendemos realizar uma discussão de gênero para poder iniciar a discussão em torno da participação da mulher na política do Estado Novo, destacando o papel de algumas mulheres que lutavam pela conquista de direitos femininos, para a posteriori mostrar Darcy Vargas e sua atuação na Legião Brasileira de Assistência.

2.1. Historiografia das mulheres: um olhar

Estudar a participação da mulher na política é dialogar com toda uma trajetória do movimento feminista que clamou por mudanças em prol da equidade de gênero, procurando fim, com isso, da diferenciação entre os sexos, já que “A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres”. (SOIHET, 1997, p. 399).

Como consequência, foi a partir dessas reivindicações que a historiografia passou a trabalhar com a um largo campo que se abriu com o desenvolvimento da história cultural, essa que passou a incluir novas temáticas, dentre essas a das mulheres, transformando-as em objeto e sujeito da história.

Os historiadores utilizam o termo gênero para teorizar a diferença entre os sexos, assim

O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais”— a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. (IBIDEM, p. 404).

Assim o termo gênero como categoria explicativa não se situa na oposição entre o masculino versus o feminino, mas sim da conceituação da diferença.

2.1.1. Algumas participações de mulheres no período varguista

Naqueles anos da década de 1930, o espaço público se abria à participação feminina. A industrialização intensificava o processo de participação da mulher no mercado de trabalho, e a conquista do direito do voto, em 1932, permitiu o acesso das mulheres aos cargos públicos. (SIMILI, 2008, p. 85).

A partir dessa citação podemos notar que o espaço público se abriu a partir de 1930 às mulheres e é dentro dessa perspectiva que se insere Alice Carneiro, assim como nos afirma a mesma autora que assim como “outras tantas mulheres que, trilhando seu percurso, construíram sua história como esposas e mães e, nessa condição, tornaram-se agentes de sua própria história, sujeitos dela”. (IBIDEM, p. 9).

No entanto, “No mesmo compasso dos avanços e das conquistas das mulheres, levantam-se vozes reacionárias pedindo a volta da mulher ao lar e sua moralização dessexualizada como fatores de reordenamento da família” (IBIDEM, p. 85), e, dessa forma, a sociedade patriarcal e machista clamava a volta das mulheres aos lares, como se esse fosse o lugar reservava a elas, por serem “Mais tímidas, menos lógicas, menos objetivas, mais subjetivas, embora tão inteligentes (quanto os homens), abnegadas e soberanas.” (Rago apud IBIDEM, 1985).

Essas reivindicações da sociedade contra as mulheres demonstram que

“[...] não só a questão da presença feminina no mercado de trabalho ou a profissionalização feminina mereceram severas críticas, mas todas as reivindicações desse gênero, cuja finalidade era o exercício da plena cidadania, foram objeto de chacotas, com vistas a ridicularizar as mulheres. (SIMILI, 2008, p. 86).

A sociedade, com isso, queria reservar as mulheres o lar, o casamento e a maternidade, querendo com isso:

Reconduzir os homens aos seus papéis de provedores da família e as mulheres ao lar, onde elas pudessem criar os seus filhos e tomar conta de seus maridos, era o projeto que norteou a política social principalmente a partir do Estado Novo. (Wolfe apud ibidem, p. 87)

No entanto, mesmo com essas tentativas masculinas de manter a desigualdade para com as mulheres, haviam mulheres, que ignoravam as pretensões masculinas, como Carlota Pereira Queiroz¹⁹ que lutou no Legislativo por medidas de proteção as mulheres e a infância, sendo dela “(...) o projeto de criação do Departamento de Amparo à Mulher e à Criança, futuro Departamento de Assistência Social.” (IBIDEM, p. 87).

Outro exemplo de mulher que lutava no plano público pelos direitos da mulher foi Bertha Lutz²⁰, essa que esteve preocupada “(...) com a garantia dos direitos civis e políticos da mulher, com igualdade de condições e de acesso ao trabalho e à justiça”. (ibidem, p. 88).

Esses exemplos demonstram a não passividade da mulher no plano público quanto a questões de direitos adquiridos quanto à mulher, ao seu trabalho, a maternidade e a infância, sendo executados vários projetos e programas visando a melhoria das condições das mulheres.

¹⁹ Sobre esse assunto vide SIMILI (2008, p. 87), Carlota, médica paulista que participou do Movimento Constitucionalista de 1932, foi empossada deputada federal. A trajetória dessa mulher e seu posicionamento na Câmara dos Deputados evidenciam as preocupações que vão orientar sua atuação no Legislativo.

²⁰ Sobre esse assunto vide IBIDEM, p. 88, Bertha, como parlamentar desde 1935, desdobrou-se na criação da Comissão do Estatuto da Mulher, da qual foi presidente, com o propósito de regulamentar os artigos constitucionais relativos aos assuntos femininos.

2.1.2. A Legião Brasileira de Assistência: Darcy Vargas na montagem da assistência social

A preocupação com o social foi uma constante durante o período em tela, sendo nítida a

[...] conjuntura que nos parece que ganha sentido a questão da Assistência Social no Estado Novo. Utilizando-se inicialmente de um discurso humanista cristão, de alguns dos quadros técnicos surgidos no interior da militância católica e da burocracia estatal, o estado varguista criou a assistência social como uma profissão e o mercado de trabalho para estes novos profissionais, que são as instituições públicas de assistência social. Existe uma ruptura fundamental entre os visitadores sociais - posteriormente, assistentes sociais - gerados pela Igreja para o trabalho caritativo e missionário, redefinidos pela Doutrina Social. (HONORATO, 1997, p. 10).

É nesse contexto de redefinição do assistencialismo social que surge, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência²¹, primeira instituição pública de assistência social que “(...) originariamente tinha como meta amparar a família dos pracinhas que lutavam nos campos da Itália”. (HONORATO, 1997, p. 13). Tendo o intuito de promover a mobilização da sociedade civil no período da guerra. Instituição essa que teve como período de atuação os anos 1942-1995.

Essa preocupação com o social não nasce com fundação da LBA, mas foi sempre uma constante durante o período varguista, já que foram criadas várias outras instituições a exemplo a Legião da Caridade²² (1930) e a Fundação Darcy Vargas²³ (1938), ambas presididas por Darcy Vargas,

A Legião Brasileira de Assistência tinha o intuito, primeiramente de atendimento aos pracinhas da Segunda Guerra, transformando posteriormente, Darcy Vargas na

²¹ Por intermédio do decreto-lei nº 4830, de 15.10.1942, a instituição foi reconhecida como órgão de colaboração do Estado no tocante aos serviços públicos de assistência social. Cf. SIMILI (2008).

²² Idem

²³ Idem.

(...) responsável pelo social. Ao coordenar o projeto assistencial do Estado, um papel significativo foi a ela concebido na condução da assistência social em nosso país, um papel que foi decisivo para o controle da política assistencial, para o viés assistencialista de que se revestiu essa política pública e que ainda orienta procedimentos no campo dos direitos políticos em nosso país. (SIMILI, 2008, p. 21).

Como também sua participação

[...] pode ser entendida como um marco significativo na história das mulheres e na história política assistencial, visto que se trata do primeiro momento em que a mulher passou a ocupar um cargo de direção na política social, em um momento e contexto em que atuação e a participação das mulheres na política caminhavam a passos lentos. (IBIDEM, p. 21).

Por mais que exista uma concepção que pode ser explicada “ (...) pela incorporação de um dado conceito de política e de participação política, no qual as atividades no âmbito assistencial não são políticas, e, por extensão, a atuação das mulheres não tem caráter de participação política”. (IBIDEM, p. 132).

Com a atuação da LBA, Darcy Vargas foi,

[...] transformada em uma personalidade político-assistencial, como presidente e responsável pela mobilização das mulheres, está embutido o poder detido da primeira-dama de conseguir a adesão das pessoas em torno de seus projetos. (IBIDEM, p. 129).

Desta forma, criou-se um modelo de atuação para as primeiras-damas, no qual “(...) todas as esposas dos presidentes da República ocuparam a presidência da Instituição” (IBIDEM, p.132-133), mostrando o entrelaçamento da política com o social.

A Legião Brasileira de Assistência ficou conhecida como “Mãe da pobreza, lar do carente, socorro dos aflitos”, que durante seu período de existência (1942-1995), como já exposto anteriormente, sua presidência sempre esteve atrelada às primeiras-damas nacionais entendidas como protagonistas da esfera social. Dessa forma

Darcy Vargas e a Legião Brasileira de Assistência possibilitaram o surgimento de um modelo de atuação para o primeiro-damismo

brasileiro, nas cercanias do poder presidencial, como a mulher responsável pela condução das políticas públicas. (IBIDEM, p.132).

Sob a presidência da primeira-dama Darcy Vargas, a Legião Brasileira soube conclamar as primeiras-damas estaduais, como foi o caso, da Sr.^a Alice Carneiro e outras tantas mulheres, que atendendo ao chamado presidencial, iam de encontro a essa “missão patriótica”. Durante “(...) a Segunda Guerra Mundial a assistência social propiciaram à primeira dama aquilo que a atuação da personagem ofereceu às mulheres de sua época” (IBIDEM, p. 20).

2.2. Alice Carneiro e a Legião Brasileira de Assistência na Paraíba

É interessante observar que alguns historiadores paraibanos, como Sylvestre (1993), Carvalho (1993), Gurjão (1999) e Mello (2002) trazem sobre o período estudado onde colocam esse assistencialismo social do período como populista²⁴, conceito esse que sofreu uma reconfiguração e passou a ser entendido como *trabalhismo*, onde o papel de protagonista era dado ao Interventor Ruy Carneiro.

Já as novas interpretações, como as de Silva (2008; 2012) e Aires (2012), além de trazerem as novas conceituações de trabalhismo, caracterizaram Alice Carneiro como protagonista principal da política assistencialista paraibana. Assim “Ruy inaugurou na cultura política paraibana a figura ‘Primeira Dama’ seguindo os passos do governo federal de Vargas que lançou sua esposa Darcy Vargas à frente da LBA”. (AIRES, 2012, p.173).

A partir das renovações trazidas por esses últimos historiadores, nosso trabalho busca aprofundar as questões referentes à participação de Alice Carneiro através da LBA, destacando que suas atitudes assistencialistas eram políticas, como mesmo nos lembra Ruy Carneiro sobre a atuação de sua

²⁴ Esse conceito vem sofrendo uma reformulação nas últimas décadas a partir de renovações do marxismo, deixando de ser entendido como manipulação das massas e passando a ser entendido como “adesão” em que categoria manipulação desperece e surge as explicações de um “pacto trabalhista”. Sobre este assunto vide Gomes (1996; 2001) e Capelato (2001)

esposa:

[...] ela era muito política, muito humana. Durante o meu governo, ela trabalhou como presidente da Legião Brasileira de Assistência, tendo uma atuação extraordinária. Nós não tínhamos filhos, e ela dirigia, com 100% de corpo e alma, a proteção à criança pobre de João Pessoa.

Assim não podemos mais falar do assistencialismo no período sem destacar o papel da primeira-dama como principal protagonista da política assistencial do Estado, tanto é que ao acompanharmos sua trajetória a partir do jornal *A União*, evidenciamos que a partir de 1942, quando a mesma começa a atuar de forma mais decisiva na LBA, sua imagem transforma-se em alvo da propaganda oficial, elevando sua postura de assistencialista a um lugar de destaque, que *a priori* era dado, somente e/ou principalmente ao seu esposo, Ruy Carneiro, criando um vínculo desse com as “massas”, e uma aproximação da primeira-dama com as camadas populares, protagonizando através das diversas ações assistencialistas, o papel da primeira mulher na política paraibana.

A partir desse tópico será destacada a atuação de Alice Carneiro e da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, enfocando para isso, o papel da seca de 1942 agindo como uma especificidade para a LBA no Nordeste. Depois mostraremos como se deu a convocação da mulher paraibana para que se tornassem voluntárias da LBA e como se dava a relação entre empresariado e a instituição supracitada, e como eram vistas a maternidade, a infância, a educação como objetivos a serem alcançadas pela LBA.

Para demonstrar o exposto, tentaremos utilizar as imagens retiradas da imprensa oficial jornal *A União*. Sabemos que a imagem pode ser tomada como fonte histórica, pois é uma representação do passado que

Permite a realização de profundos mergulhos no passado. Uma fonte que contribui, também, para o melhor entendimento das formas por meio das quais, no passado, as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente. Essa fonte nos possibilita ainda, por meio de outros valores, interesses, problemas, técnicas e olhares, compreender, enfim, essas construções históricas. (PAIVA, 2006, p.13).

Como toda fonte histórica, a iconografia traz consigo intencionalidades na sua produção, retratando o contexto da qual fora produzido, por isso não pode ser tomada como verdade, como bem nos alerta Paiva “(...) a imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nelas cultivas”. (IBIDEM, p.18-19).

Dessa forma, a imagem não pode ser considerada a verdade, pois ela é um constructo de um tempo e de um espaço, e pode ser reconstruída a cada época, dando-lhe novos significados de acordo com as inquietações do presente, diferindo muitas vezes a de seus produtores. São essas apropriações que o presente faz da imagem, tomando o cuidado para não inventariar significados e cometer anacronismos, que a imagem pode ser lida como uma fonte histórica e é dessa forma com que pretendo abordá-la.

Com a análise das imagens realizadas neste trabalho, evidenciamos a intencionalidade do periódico em mostrar as virtudes e realizações do governo, e não poderia ser diferente, pois

No contexto da Era Vargas, de uma política cultural centrada na censura e na propaganda oficial, os governantes paraibanos acompanharam a linha ideológica nacional e montaram seu próprio espetáculo registrando, para a eternidade, a memória e o imaginário com que gostariam de ser lembrados, eles próprios e seu respectivo governo. (AIRES, 2012, p. 181).

Cabendo, desta forma, ao Departamento de Estatística e Publicidade a propaganda do Estado. As fotografias que apareciam no Jornal *A União*, deveriam mostrar claramente as realizações do governo.

2.2.1. A seca de 1942: especificidade nordestina para a LBA

Em 1942, a estiagem voltara a assolar o Nordeste, o sertanejo começara a olhar para o céu em busca de nuvens, mas elas passavam apressadas deixando o sol causticante queimar o seu coração em lamento. Esperava-se o dia de São José, pelas experiências populares transmitidas pela tradição oral, caso não chovesse até esse dia, “podiam começar a desacunhar as enxadas. (AIRES, 2012, p. 305)

A partir da citação acima, podemos perceber que o nordeste voltara a enfrentar uma grande seca, em 1942, sendo noticiada, através da imprensa oficial, as calamidades provocadas pela mesma e a esse respeito citamos o Jornal A União, em nota intitulada “Os sertões nordestinos assolados pela seca”, de 8 de abril de 1942:

As secas que vem assolando o Nordeste, especialmente os Estados do Ceará e Paraíba assinalam que estiagem de 1942 será muito mais grave que a de 10 anos atrás. É compreensível que os governos nordestinos manifestem inquietação, apelando para o auxílio das autoridades federais.

Durante a seca o governo do Estado empreendeu várias obras contra as secas, a exemplo dos trabalhos de emergência autorizados pela interventoria estadual, como no caso citado no mesmo jornal a União onde “O Interventor Ruy Carneiro viaja, hoje, ao interior do Estado com novo crédito especial de 250 Contos para a execução de serviços de emergência” (A UNIÃO, 2 jun.1942)

Tal seca fez com que a Legião Brasileira de Assistência mudasse o perfil de atuação, pois em âmbito nacional ela agia com uma política de auxílio aos combatentes da Segunda Guerra. Já no Nordeste, especialmente na Paraíba, tal política se transforma em assistência à setores carentes da sociedade, às crianças pobres, mendigos, idosos abandonados, categorias essas que apesar de já existirem, se tornam mais amplificadas em períodos de seca prolongada, como na de 1942, assim a atuação da LBA “(...) não eram sistemáticas, mas ocasionais, em épocas de calamidades públicas, como no caso de secas, enchentes e afins.” Se tornando assim o “(...) principal órgão de enfrentamento da pobreza”. (TUMELERO, 2010, p. 55)

2.2.2. As mulheres paraibanas e a LBA

São várias as situações “(...) em que a condição de gênero aparece como elemento de destaque: interpelações discursivas dirigidas às mulheres, convocações de rituais específicos à categoria mulher ou afirmação de valores considerados tipicamente femininos.” (BARREIRA, 2008, p. 67).

A partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, inicia-se uma verdadeira campanha através de uma forte propaganda política, ressaltando o papel das mulheres e da instituição da Legião Brasileira de Assistência, objetivando “(...) mobilizar as mulheres para a formação do *front* feminino da LBA, ou seja, para compor os quadros do ‘voluntariado feminino civil’ na instituição”. (SIMILI, 2008, p. 139)

Essa conclamação pode ser percebida no telegrama endereçado as primeiras-damas do território nacional:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nessa capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender todo País beneficio esta organização sugerimos assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda Cordialmente – a) Darcy Vargas. (CORREIO DA MANHÃ, 30 ago. 1942, p.1 apud IBIDEM p. 140)

A partir desse telegrama, verificamos o interesse da LBA em convocar as mulheres para se tornarem voluntárias, fazendo com que as mesmas percebessem o ato patriótico e humanitário que as mesmas praticavam ao entrar na instituição.

Tal política foi empreendida em todos os estados da Federação e na Paraíba foi muito evidenciada pela propaganda oficial, como verificamos em A União em letras garrafais:

MULHER PARAIBANA! Em todos os tempos tem contado a pátria com vossa dedicação, sempre à prova. Logo, não será preciso dizer: alistai-vos na Legião Brasileira de Assistência, porque isso já é um dever e cumprindo-o, tendes garantida a defesa nacional. (A UNIÃO, 08 nov. 1942).

Ou ainda:

MULHER PARAIBANA! Da União de todos os brasileiros, do esforço de todos no esforço no sentido na defesa interna, está dependendo a nossa vitória que, então, juntar-se-á à das nações unidas. Tornai-vos, assim, defensoras da Pátria dentro da Legião Brasileira de Assistência. Isto será marchar em espírito com os que vão esmagar o inimigo comum. (A UNIÃO, 08 nov. 2012).

A partir desses trechos do periódico observamos que a Legião Brasileira de Assistência deixava explícito que precisava da ajuda, do trabalho e da contribuição de todas as mulheres mostrando:

[...] que as mulheres, além de aderirem à causa, produziam, no corpo social, idéias e representações que motivassem a sua procura aos postos de inscrição para se inscreverem como voluntárias; as mulheres não só ouviam o chamado dirigido a elas, mas também estavam dispostas a participar. (SIMILI, 2008, p. 21).

Dessa forma, fica nítido que a LBA necessitava da participação e do trabalho feminino e através da Revista Cultura Política²⁵, um dos veículos de propagação do pensamento político, representava a mulher que a instituição almejava. Assim ao tratar do papel social, Ademar Vidal define a mulher:

[...] mais pureza que o homem. E tem também mais ternura que é a máxima expressão do altruísmo. Tem mais apego, mais veneração, mais bondade. Isto é, mais amor. Instintos estes, de obediência, porque amar é obedecer. É preferir a vontade alheia à vontade própria. 'É gozar a felicidade' – no dizer do poeta, de ver os outros felizes. (CULTURA POLÍTICA, 1943, p.7 apud IBIDEM, p.145).

E ainda na guerra, afirmava Jorge Medeiros:

O sentimentalismo próprio do coração feminino, tem cedido lugar às contingências e circunstâncias da realidade da guerra. Aos afazeres únicos e particulares do lar precisam ser somadas as obrigações oriundas do estado de beligerância dos povos [...] As atividades domésticas e mais algumas decorrentes das exigências sociais também devem ser incluídas entre os serviços mais relevantes que se prestam a família humana. (CULTURA POLÍTICA apud ibidem, p.145).

Um dos fronts que essas voluntárias atuavam era o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, no início do processo de mobilização de guerra, que se definiu como:

[...] um conjunto de serviços públicos e privados tendo por objetivo a execução de medidas preventivas e defensivas que visam reduzir ao

²⁵ A revista cultura política sob a direção de Almir de Andrade, lança seu primeiro número em Março de 1941, encerrando a sua publicação em Outubro de 1945. Constitui-se na revista oficial do regime, estando diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sendo responsável pela divulgação do arcabouço teórico do Estado Novo. Cf. Velloso. 1982, p.74.

mínimo as ações da arma aérea inimiga, limitando os danos causados pelos bombardeios, prestando assistência material e moral às vítimas dos mesmos tomando medidas de ordem capazes de evitar as funestas consequências do pânico e cooperando assim para que o moral das populações se mantenham elevado. (IBIDEM, p. 135).

Assim, esse serviço serviria para todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no país e maiores de 16 anos poderiam ser mobilizados a fim de lutar em prol da Nação por no máximo dez dias úteis por ano, para executar as tarefas de enfermagem, limpeza pública, prevenção e extinção de incêndios, sendo, para tanto, obrigação receber instruções sobre o serviço.

Dessa forma, o estado varguista representado através dos vários veículos de propaganda oficial, mostrava os atributos referentes ao feminino, atrelados ao lar e a família, que tinham que ser doados a nação ao se tornarem voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, tendo a oportunidade de demonstrar seu espírito filantrópico de guardião dos filhos e dos bens da nação, trilhando o caminho traçado por Darcy Vargas e pela primeira-dama do Estado, Alice Carneiro.

2.2.3. O Empresariado e a LBA

IMAGEM I – ALICE CARNEIRO RECEBENDO DOAÇÃO DOS IRMÃOS FERNANDEZ (1942)



Fonte: Jornal A União, 30 set. 1942.

A imagem acima visa mostrar uma doação de cinco Contos ofertada pelos Irmãos Fernandes à primeira-dama Alice Carneiro, presidente da comissão estadual da Legião Brasileira Assistência, buscando chamar a atenção da sociedade, a partir da imagem, para a importância das doações.

A participação do empresariado no empreendimento como principal colaborador do projeto da LBA foi descrito, assim:

A portaria nº 870, de 26.10.1942, do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) estabeleceu a contribuição compulsória de empregados e empregadores (1% e 2%, respectivamente, dos salários recebidos e da folha de pagamento, contribuição a ser recolhida pelos institutos e caixas de pensões e aposentadorias) para o financiamento das atividades assistências da LBA (IBIDEM, p.137).

Desse modo, essas doações se tornaram muito frequentes, assim como preconizava o Estatuto da LBA:

(art. 2º) 1.Executar seu programa pela fórmula do trabalho em colaboração com o Poder Público e **a iniciativa privada**. 2. Congregar os **brasileiros de boa vontade**, coordenando-lhes a ação do empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social. (IBIDEM, p.137). (grifos nossos).

Esses órgãos oficiais de colaboração desempenharam tanto na sede central como nas sedes estaduais papel de destaque na montagem do empreendimento da assistência social.

Doações essas que ajudaram LBA no Estado como bem lembra Ruy Carneiro²⁶:

Alice de Almeida Carneiro, com **esmolas**, com um esforço tremendo, construiu um hospital para a criança tuberculosa, com cinco pavilhões, que ainda está lá, o Hospital Arlinda Marques dos Reis. Aí eu arranjei ajuda de **amigos** do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas e da Bahia, amigos prósperos, que deram ajuda para ela, na construção (grifos nossos).

Qual foi o papel desempenhado por Alice Carneiro na LBA?

²⁶ CARNEIRO, Rui. Rui Carneiro (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC.

2.2.4. Em defesa da maternidade e a infância: uma tônica da LBA

O impulso libidinal para a mãe, considerada como fonte de vida, amor, calor, alimento, satisfações sensoriais diversas e a resposta gratificante da mãe a essas necessidades-desejos são interiorizados, personificados e unificados no inconsciente numa imagem de mãe bondosa. (Mendel apud Schwartzberg 1978, p. 103).

Como já foi exposto anteriormente, a mulher durante a década de 1930 galgava espaços na vida pública, lutando pela conquista e implementação dos seus direitos, direitos esses relativos ao trabalho, a família, a maternidade e a infância. A Legião Brasileira de Assistência utiliza dessa conquista de direitos referentes à essas questões e elabora um “ (...) projeto de educação feminina com o propósito de preparar as mulheres, transferir as atividades privadas para o setor público e associá-las”. (SIMILI, 2008, p. 149).

Caracterizando, dessa forma, o trabalho das voluntárias na LBA, justamente na defesa da maternidade, da família e da infância associando essas atividades ao papel de mãe e esposa atribuídos as mulheres. Sobre esses parâmetros e com o apoio do empresariado e do poder público, representado pela primeira-dama Alice Carneiro, foi montada a base da LBA na Paraíba, desenvolvendo várias iniciativas que vão ser estudadas nesse momento.

A Legião Brasileira de Assistência desenvolveu no Estado Paraíba muitas atividades com relação à infância, aliás, preocupação essa do Estado Novo, que via nelas o futuro da nação. Essas preocupações da mulher para com a infância:

[...] evidenciaram que compartilhavam as representações de que podem cuidar, amparar e educar os filhos de outras mães, ocupando, assim, o lugar da família. Ao cuidar das crianças, cuidavam também das mães, por intermédio dos filhos. (IBIDEM, p. 94)

Assim, a Legião Brasileira de Assistência, através das voluntárias, desempenhavam atividades destinadas ao bem-estar das mães e das crianças, seu papel patriótico e humano na nação.

Na Paraíba, como descreve Janduhy Carneiro, secretário de interior e justiça e irmão do interventor Ruy Carneiro, “(...) incentivar a campanha de amparo à maternidade e à infância é salvar o futuro da nacionalidade”. (Jornal A UNIÃO, 17 out. 1942).

A principal comemoração referente à infância era a Semana da Criança, voltada a saúde, a educação e a proteção das crianças. A Semana da Criança de 1943, organizada pelo Governo do Estado e pela Comissão Estadual da LBA, organizou

“[...] distribuição de merenda escolar, na ocasião dos festejos [...] Também foram distribuídos lençóis e redes às famílias pobres e se tornou prática cotidiana a distribuição de sopa para crianças carentes”. (AIRES, 2012, p. 333).

IMAGEM II – DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES NO CENTRO DE SAÚDE DA CAPITAL (1943)



Fonte: Jornal A União, 30 out.1943.

Também foram feitos melhoramentos na cantina maternal do Centro de Saúde da Capital, mostrando a preocupação com a saúde da gestante e da

criança pobre, e como podemos verificar, na imagem acima, foram distribuídas refeições e presentes para as gestantes pobres.

IMAGEM III – ALICE CARNEIRO INAUGURANDO O INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA (1943)



Fonte: Jornal A União, 17 out.1943.

A imagem acima procura enquadrar Alice Carneiro inaugurando o Instituto de Proteção e Assistência a Infância, onde a mesma entrega um donativo de cinquenta mil Contos a instituição. Podemos perceber, a partir da imagem acima, a tendência do Jornal A União em mostrar a primeira-dama como protagonista do assistencialismo social.

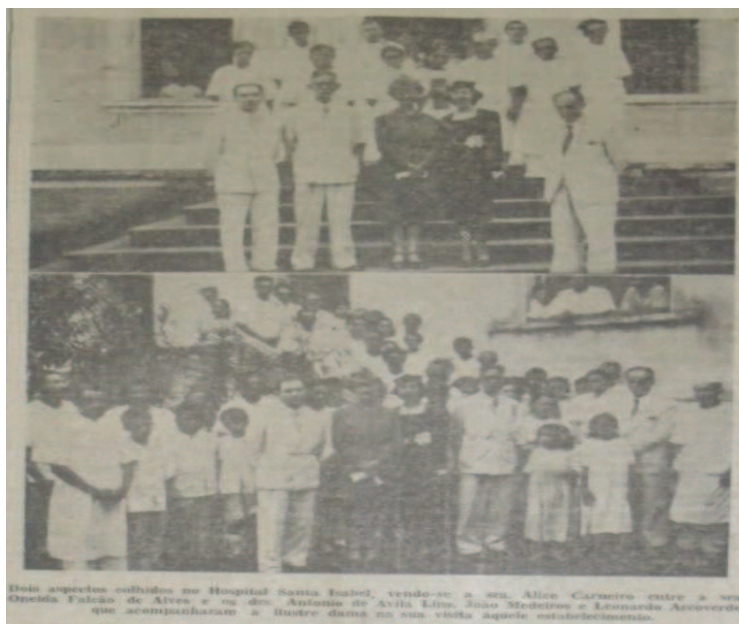
Os anos seguintes da atuação da Legião Brasileira durante a Semana da Criança, houve uma continuidade em relação a proteção à saúde, à educação, maternidade e infância, demonstrando o quanto esta instituição procurava dizer que zelava pelo bem social das crianças.

IMAGEM IV – ALICE DOANDO AO ORFANATO D. ULRICO (1943)

Fonte: Jornal A União, 12 de outubro de 1943

Durante o período de atuação da LBA, houve grande ajuda ao orfanato D. Ulrico, apesar de não ter sido construído na administração de Ruy Carneiro, a exemplo da construção do estábulo no mesmo, e doações em dinheiro como mostra a imagem acima, na qual a “Ilustre Dama” Alice entrega um donativo de cinquenta mil Contos em nome da LBA à instituição na abertura da Semana da Criança.

IMAGEM V – ALICE VISITA O HOSPITAL SANTA ISABEL (1943)



Fonte: Jornal A União, 22 Jul.1943.

A Legião Brasileira de Assistência mostrou um relativo interesse na ajuda aos hospitais, como ressalta a imagem acima, no subtítulo há referência a esse apoio a “humanitária instituição”, sabendo que:

A saúde pública era outra prioridade do governo, com ênfase para o tratamento e o combate à tuberculose, à hanseníase e a outras doenças infecciosas; a construção de hospitais, maternidades e postos de higiene, e o combate à desnutrição infantil e à mortalidade infantil e materna (A UNIÃO, 15 ago. 1944 apud SILVA, 2012, p.184)

Além do Hospital Santa Isabel, foi construída a Maternidade Cândida Vargas, no depoimento a seguir é demonstrado por Ruy Carneiro que construiu a “(...) a Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa, para servir à criança pobre e à mãe pobre paraibana”. (CARNEIRO, 1977)

Os lactários erguidos durante a interventoria de Ruy “glorificam” ainda mais a atuação da personagem supracitada,

Fizemos, também - não podemos deixar de citar - os lactários. O lactário de Cruz das Almas, que tem o nome de um grande médico paraibano que morreu moço, o dr. João Soares, é algo admirável

pela sua organização Minha senhora, como presidente da Legião Brasileira de Assistência, e o secretário da Saúde, ajudaram muito. (CARNEIRO, 1977)

Voltada ainda mais para a saúde da infância, foi inaugurado, em 1944, o Centro de Puericultura de Cruz das Almas, este que tinha como objetivo o desenvolvimento fisiológico da criança, antes e depois do nascimento. Abaixo a imagem do centro:

IMAGEM VI – MÃES E CRIANÇAS SE ALIMENTANDO NO CENTRO DE PUERICULTURA DE CRUZ DAS ALMAS (1944)



Fonte: A União, 18 set. 1944.

Sobre a foto acima o jornal A União mostra a generosidade da primeira-dama em fornecer alimento a gestante, pré-gestantes e crianças e fala nos seguintes termos, com o título “Uma obra que define o Governo”, onde o subtítulo da mesma enfoca:

Uma manhã no Centro de Puericultura de Cruz das Almas – alegria em rostos e corações humildes – pobres-ricos – doutores humanos – amparo da mulher e da criança – como se procura resolver na Paraíba o problema médico-social.

O jornal A União em abril de 1944 traz a seguinte notícia como destaque, intitulada “15.000 crianças contempladas com a merenda escolar da Legião brasileira de Assistência” e continua da seguinte forma:

Nas condições atuais de vida da população, com a carência de todos os gêneros essenciais ao seu abastecimento, qualquer medida que vise atenuar a situação alimentar dos escolares se reveste da maior oportunidade e significação. Há muitos que nos meios competentes, se procurava objetivar uma solução definitiva para o caso, o que, felizmente, podemos agora constatar, graças a iniciativa da Legião Brasileira de Assistência, representada, nesse estado, na pessoa de sua **digna presidente**, a senhora Alice Carneiro [...] **o mais eficiente de todos os movimentos** já realizados entre nós, no terreno da higiene escolar, para a melhoria do índice de nutrição da infância que estuda. (A UNIÃO, 15 abr. 1943).

**IMAGEM VII – A HORA DA SOPA NO GRUPO ESCOLA ANTÔNIO PESSOA
(1944)**



Fonte: Jornal A União, 15 de abr. de 1944.

A imagem acima mostra “A Hora da Sopa” do grupo escolar Antônio Pessoa, essa que iria se estender a todo o Estado. Onde Alice carneiro “[...] criou a merenda escolar e mandou construir cozinhas nos grupos escolares, o

que teria aumentado, consideravelmente, a frequência das crianças nas escolas”. (A UNIÃO, 3 jan. 1942 apud Silva, 2012, p 184.)

2.2.5. “Natal dos Pobres”

O cenário era o jardim do Palácio da Redenção e a Praça Venâncio Neiva. Os atores principais, Ruy e Alice atuavam nos papéis de ‘defensores dos pobres’, distribuíam presentes de Natal à pobreza dos bairros proletários da capital paraibana. (AIRES, 2012, p. 334)

A partir dessa citação, podemos evidenciar a prática do casal Ruy e Alice ao realizarem o “Natal dos Pobres”, atitude essa que manifestava o assistencialismo social próprio do governo e da Legião Brasileira de Assistência.

Dentro desse evento, aconteciam várias doações que eram noticiadas assim pela imprensa oficial, “Casal Ruy Carneiro patrocina o Natal dos pobres, com distribuição de comestíveis, roupas e brinquedos.” (A UNIÃO, 22 dez. 1940), enquanto o povo esperava ansiosamente a “louvável iniciativa” do casal Ruy Carneiro como demonstra a imagem abaixo:

IMAGEM VIII – NATAL DOS POBRES NO PALÁCIO DA REDENÇÃO (1940)



Fonte: A União, 25 dez. 1940.

No entanto, com o início das atividades da LBA o “Natal dos Pobres” noticiado pela imprensa passa representar o papel dessa instituição na ajuda ao evento, como podemos verificar nas solenidades natalinas de 1943:

Milhares de habitantes pôbres de João Pessoa, homens, mulheres e crianças anônimas testemunham desde há três anos do **espírito altamente filantrópico da sra. Alice Carneiro**, esposa do sr. Interventor Federal e presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, mais uma vez e de maneira muito maior, tiveram seu **Natal suavizado** pela aquisição de presentes que o espírito cristão e generoso da primeira-dama do estado vem proporcionando nessa data. (A UNIÃO, 28 dez. 1943). (grifos nossos).

A partir da passagem acima, podemos evidenciar que uma clara intenção do periódico, em exaltar a figura de Alice Carneiro através da LBA, destacando seu “espírito altamente filantrópico” de “suavizar” o Natal dos pobres.

IMAGEM IX – POPULAÇÃO AGUARDANDO O INICIO DO NATAL DOS POBRES EM JOÃO PESSOA (1943)



Fonte: A União, 28 dez. 1943.

A imagem acima retrata a multidão que esperava as benesses do “Natal dos Pobres” em João Pessoa, tentando salvaguardar, segundo o periódico oficial, talvez a única oportunidade de angariar algum donativo para o dia de natal, mostrando também a situação de calamidade que essa população vivia nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que estamos a concluir se dedica a discussão sobre a atuação de Alice Carneiro como presidente da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba na montagem do assistencialismo social do Estado, entre 1942 e 1945. No entanto, antes de adentrarmos nessa discussão, levantamos um estudo do contexto histórico no qual Getúlio Vargas chega ao poder e como o mesmo conseguiu implantar a ditadura do Estado Novo, percebendo que a construção desse projeto político se pautou na construção de ideais nacionalistas onde era representado que o Brasil seria o País do futuro, fortalecendo o parque industrial e criando políticas de proteção ao operariado crescente, noticiado através de uma forte propaganda política, através do DIP.

Percebemos, também, que durante o Estado Novo, a Paraíba teve como interventores na Paraíba Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, como pessoas de confiança de Vargas, reproduziam nos estados as diretrizes e os ideais do governo central.

Argemiro de Figueiredo pautou sua administração (1935-1940) na centralização política-administrativa, buscando alianças com as oligarquias e com a Igreja Católica contra os comunistas. Empreendeu várias obras no Estado, alardeando através de manifestações cívicas e da propaganda política. No entanto as disputas inter-oligárquicas levaram a sua deposição em 1940. Sendo nomeado, em seu lugar, Ruy Carneiro.

Na sua administração, Ruy procurou conciliar as disputas inter-oligárquicas, que levaram a deposição de antecessor, reordenando a burocracia estadual, compondo-a com setores urbanos e denunciando a situação financeira deixada por seu antecessor.

A historiografia paraibana trabalhou a princípio, o período em tela sob um prisma marxista clássico. No entanto, as abordagens mais atuais, sob o prisma do neomarxismo, mostram o assistencialismo do período com a colaboração da primeira-dama como protagonista da política assistencial.

Compreendido dentro da Nova História Política, com o seu diálogo com a história cultural, possibilitou a abertura de campos, temáticas e fontes, onde

este trabalho buscou compreender as inter-relações do poder com as camadas populares, buscando com o conceito de representação compreender as intencionalidades em construir e reproduzir significados, através do jornal A União, a respeito da personagem Alice Carneiro.

Sendo que a nível nacional a atuação da LBA se detinha na ajuda aos pracinhas da FEB, no entanto, a nível local, a seca proporcionou à LBA um direcionamento para ajudar a sociedade carente vitimizada pela seca, marcando a atuação do poder público no assistencialismo à sociedade civil, alardeado por uma intensa propaganda política.

Essa ligação com social, própria do período em tela, este que contribuiu para construção do Estado Novo moldou a participação das mulheres durante o Estado Novo, essas que lutavam pela conquista de direitos e pela abertura do espaço público à elas, como Carlota Queiroz e Bertha Lutz.

A atuação de Alice Carneiro, presidente da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência, foi muito influenciada pela participação de Darcy Vargas, primeira-dama nacional e presidente da LBA, esta que criou um modelo de atuação para as primeiras-damas ligadas ao social.

A atuação da LBA e na Paraíba, entre 1942-1945, através de sua presidente Alice Carneiro, pautou suas ações na execução de serviços relativos à maternidade, infância, ajuda à hospitais, à educação com a criação da merenda escola entre outras realizações.

No entanto, a LBA, através do jornal A União, convocava a participação das outras mulheres a se tornarem voluntaria e se juntarem a “humanitária e patriótica” instituição, e também do empresariado que eram convocados a doarem para a instituição.

A construção da imagem de Alice Carneiro como protagonista do social foi realizada através do jornal A União, onde esse noticiava e fotografava a personagem como uma “Mãe dos pobres”, criando uma aproximação com as camadas populares, através das diversas ações assistencialistas, consolidando-a como a primeira mulher na política paraibana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012, 394p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Pernambuco.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BARROS, José D'Assunção. História Política e História Social. In:_____ **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106-124.

BARREIRA, Irllys. **Imagens ritualizadas** (apresentação de mulheres em cenários eleitorais). Campinas –SP: Pontes Editores, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 159-182.

CAPELATO, M. H. R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Estado Novo no Brasil: o que trouxe de novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 109-143

CARNEIRO, Rui. **Rui Carneiro (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro, CPDOC.

CARVALHO, João Manuel de. Ruy – a última cidadela do populismo. In: Pontes da Silva e José Octávio (Coords.). **Poder e política na Paraíba**. Uma análise das lideranças, 1960-1990. João Pessoa: A União /API. 1993, p. 31-34.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. n. 11, vol. 5, 1991.

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: Aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. **Historiografia em Diversidade: Ensaio de história e Ensino de história**. Campina Grande-PB: Editora Universitária/UFCG, 2008. 121-142.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia** Rio de Janeiro: ELSEVIER, 1997. p. 61-89.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”: O retorno da História Política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº 10, 1992, p. 265-271.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

_____. O Estado novo e a recuperação do passado brasileiro. In: _____. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 1996. p. 125-156.

_____. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a Trajetória de um Conceito. FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana: (1889-1945). In: _____. et al. **Estruturas de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999. p. 53-95.

HONORATO, Cezar. Estado Novo e Assistência Social. In: **XIX Simpósio Nacional de História**. Belo Horizonte/MG - 21 a 26 de julho de 1997.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKI, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153

MELLO, José Octávio de Arruda. Estado, Crise Social, Partidos e Involução Econômica na Paraíba de 1930 a 1990. In: ____ **História da Paraíba – Lutas e Resistências**. 9ª ed. João Pessoa: A União, 2002. p. 194-258.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagem**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RÉMOND, René. Uma História presente; Do político. In: ____ . Org. **Por uma História Política**. 2 ed. Dora Rocha Trad. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36; 441-454.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SYLVESTRE, Josué. A Interventoria de Rui Carneiro. In:_____.**Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930/1945)**. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1993, p. 321-333.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. O Salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs). **Cultura e poder Político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012, p. 171-195.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-329.

TUMELERO, Michelle Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na busca de uma “Nova” Chapecó – SC (1940-1960)**. 2010, 132p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História (PPGH). Universidade do Estado de Santa Catarina.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político – um configuração do campo intelectual. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. (Orgs.). **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 71-108.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)- JOÃO PESSOA

- **Jornal A União (1940-1945)**